

Assembleia Legislativa do Estado do Acre

LEI Nº 4.572, DE 24 DE MARÇO DE 2025

Institui o Programa Estima Mulher, de apoio à mulher mastectomizada, na rede pública de saúde do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1°** Fica instituído, na rede pública de saúde do Estado, o Programa Estima Mulher, de apoio à mulher mastectomizada, com as disposições desta Lei.
- **Art. 2º** O Programa Estima Mulher tem como objetivo oferecer assistência integral e apoio às mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde SUS que tenham passado por mastectomia, promovendo sua recuperação física, emocional e social, e garantindo tratamento humanizado e prioritário.
- **Art. 3º** O programa atenderá às mulheres mastectomizadas com base nas seguintes diretrizes:
- I acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de complexidade para recuperação integral no tratamento do câncer de mama;
- II promoção da saúde física, emocional e social das pacientes;
- **III -** criação e manutenção de um banco de dados sobre câncer de mama e práticas cirúrgicas;
- IV aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas e de reabilitação pós operatória;
- V oferta de suporte psicológico individual e social às mulheres mastectomizadas;
- **VI -** realização de reuniões informativas e educativas sobre cuidados de saúde para mulheres mastectomizadas;
- **VII -** estímulo à realização de exames periódicos, como mamografia e ultrassonografia, para prevenção e controle do câncer de mama;
- **VIII -** garantia de acesso rápido e prioritário a tratamentos oncológicos, incluindo farmacoterapia, quimioterapia e radioterapia;

Página 1 de 4

- IX incentivo à criação de grupos de apoio para troca de experiências entre mulheres mastectomizadas; e
- **X** inclusão de práticas integrativas e complementares, como ioga, fisioterapia, e terapias alternativas, que promovam o bem-estar das pacientes.
- **Art. 4º** O programa garante às mulheres que sofreram mutilação parcial ou total da mama, decorrente do tratamento do câncer de mama, o direito à reconstrução mamária, nos seguintes termos:
- § 1º Quando houver condições técnicas, a reconstrução mamária será realizada simultaneamente à cirurgia de mastectomia.
- § 2º Na impossibilidade de reconstrução imediata, será assegurado o acompanhamento da paciente, com a realização da cirurgia assim que as condições clínicas permitirem.
- § 3º A cirurgia de simetrização da mama contralateral e a reconstrução do complexo aréolo-mamilar são direitos integrais da reconstrução plástica prevista neste artigo.
- § 4º Os estabelecimentos de saúde deverão informar, de forma clara, sobre os direitos das pacientes à cirurgia plástica reparadora, utilizando cartazes, folhetos e outros meios de comunicação acessíveis.
- § 5º O descumprimento do § 4º, sujeitará o infrator às penalidades previstas em regulamento específico.
- **Art.** 5º A prioridade de atendimento será concedida às mulheres que:
- I sofreram mutilação parcial ou total decorrente de tratamento contra o câncer de mama; e
- II foram vítimas de agressão que resultaram em danos físicos ou estéticos, conforme parâmetros clínicos reconhecidos pela comunidade médica.

Parágrafo único. O dano físico-estético será caracterizado por deformidade ou deficiência decorrente da agressão.

- Art. 6° Os serviços públicos de saúde de referência em cirurgia plástica deverão:
- I realizar o diagnóstico e comprovar a condição da paciente, incluindo-a, mediante consentimento, em cadastro único gerido pela Secretaria de Estado de Saúde Sesacre; e
- II priorizar os casos de risco iminente de dano irreversível, garantindo a ordem de atendimento nas demais situações.
- **Art. 7º** Para assegurar atendimento humanizado e qualificado, o Poder Executivo deverá:
- I capacitar e treinar profissionais de saúde em todos os níveis, promovendo o acolhimento e o apoio humanizado às mulheres mastectomizadas; e
- II integrar os serviços de saúde com assistência psicológica e reabilitação física, alinhados aos princípios do SUS.
- **Art. 8º** Às mulheres mastectomizadas é garantido o direito à fisioterapia de reabilitação, conforme o quadro clínico de cada paciente, visando à prevenção e redução de sequelas decorrentes do processo cirúrgico, nos termos da legislação vigente.
- **Art. 9º** O Poder Executivo estabelecerá parcerias com instituições privadas e organizações da sociedade civil para:
- I complementar os recursos necessários à execução do programa; e
- II promover campanhas educativas sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.
- **Art. 10.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- **Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 24 de março de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Governador do Estado do Acre